

Brasília, 14 de abril de 2015.

Discurso de Otávio Damaso, indicado para o cargo de Diretor de Regulação do Banco Central do Brasil, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal Excelentíssimo Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos e relator, Senador Delcídio do Amaral.

Excelentíssimo Vice-Presidente, Senador Raimundo Lira.

Excelentíssimas Senadoras e Excelentíssimos Senadores.

Senhoras e senhores.

Inicialmente, gostaria de expressar a satisfação de comparecer a essa Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal na condição de indicado ao cargo de diretor do Banco Central do Brasil.

Funcionário de carreira há 17 anos, sinto-me extremamente honrado em ter a possibilidade de compor a diretoria colegiada dessa Autarquia.

Nesse contexto, gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos ao Ministro Alexandre Tombini pelo convite para compor a diretoria colegiada, e à Presidenta da República Dilma Rousseff pela confiança em mim depositada ao indicar meu nome à apreciação desta Casa.

Caso Vossas Excelências concedam-me a honra, comprometo-me desde já a desempenhar com determinação minhas atribuições no cumprimento das missões legais e institucionais do Banco Central do Brasil.

Excelentíssimas Senadoras, Excelentíssimos Senadores,

No pronunciamento inicial vou me ater às duas missões institucionais do Banco Central:

- (a) assegurar a estabilidade do poder de compra da nossa moeda e
- (b) assegurar um sistema financeiro sólido e eficiente.

A estabilidade do poder de compra da moeda – o Real – é um bem público por excelência e uma exigência da sociedade brasileira.

Inflação baixa e estável são condições necessárias para a ampliação dos horizontes de planejamento das empresas, das famílias e do próprio Governo. E se atendida, contribuem para a elevação do investimento, da produção, do nível de emprego e da renda, e para a redução da pobreza e da desigualdade.

Não há fundamentação na literatura econômica nem evidência empírica de nações que tenham observado crescimento econômico e melhoria do padrão de vida da sociedade, de forma sustentável por longo período, sem ter assegurada a estabilidade do poder de compra da sua moeda.

Por isso, manter a inflação em patamar baixo e estável deve ser um compromisso permanente de todo o governo. Uma política de Estado.

E cabe ao Banco Central conduzir a política monetária com o objetivo exclusivo de manter a inflação permanentemente sob controle.

Essa é a principal contribuição que a Autoridade Monetária pode e deve conceder ao desenvolvimento econômico e social do nosso País.

E por isso, o Banco Central deve ser intransigente no alcance desse objetivo. O Banco Central do Brasil, além de Autoridade Monetária, é supervisor do Sistema Financeiro Nacional e, por isso, tem como missão assegurar um sistema sólido e eficiente.

Assim como a estabilidade do poder de compra da moeda, a estabilidade financeira é também uma condição necessária para o crescimento sustentável. E para que essa condição seja atendida é essencial que a regulação prudencial e a supervisão das instituições financeiras sejam eficientes e abrangentes.

Precisam ser consistentes à dinâmica dos mercados, às práticas das instituições financeiras, aos riscos intrínsecos às suas operações e aqueles advindos dos demais segmentos econômicos e do mercado internacional.

A Autoridade Supervisora precisa ter, de forma contínua, avaliação precisa, abrangente e prospectiva do sistema.

E sempre que necessário, adotar medidas preventivas ou corretivas de forma tempestiva, para mitigar potencias riscos ao bom funcionamento dos mercados e à estabilidade do sistema financeiro e da própria economia.

Nesse contexto, o aperfeiçoamento da regulação prudencial e das práticas de supervisão é contínuo, e deve acompanhar a evolução e a inovação dos mercados e das suas instituições.

Além de assegurar a solidez, é também missão do Banco Central Brasil promover um sistema financeiro eficiente.

Eficiente no seu sentido mais amplo.

Olhando para frente, destaco três desafios para os próximos anos nessa área. O primeiro é o de consolidar o processo de inclusão financeira. Nesse particular, acredito que a regulamentação tem uma grande aliada: a agenda de educação financeira.

O segundo desafio é criar condições para a ampliação do financiamento ao investimento produtivo.

O aperfeiçoamento da regulamentação bancária, combinado com o fortalecimento do ambiente macroeconômico e da segurança jurídica, e uma aproximação maior com o mercado de capitais, são as chaves para superarmos esse desafio.

O terceiro desafio é o de continuar avançando, com segurança, na introdução das novas tecnologias de acesso ao sistema, de intermediação e de facilitação de transações financeiras.

A regulamentação financeira tem papel central na missão do Banco Central e na superação dos desafios relacionados.

Para isso, o seu aperfeiçoamento, que é contínuo por natureza, precisa ser conduzido levando em consideração as ponderações de toda a sociedade, para que o arcabouço regulatório seja equilibrado e possa efetivamente cumprir o seu papel no desenvolvimento do País.

Excelentíssimas Senadoras, Excelentíssimos Senadores,

São essas as minhas considerações iniciais.

Desde já me coloco à inteira disposição de Vossas Excelências para eventuais questionamentos.

Muito obrigado.